

SUBJETIVIDADE E VERDADE CIENTÍFICA NO DISCURSO EUGENISTA DE LEONIDIO RIBEIRO: “INVERSÃO SEXUAL DIANTE DOS CÓDIGOS”

Jocenilson RIBEIRO¹

Resumo: Este artigo apresenta uma análise do livro *Homossexualismo e endocrinologia* (1938), de Leonídio Ribeiro (1893-1976), um clássico estudo do tema da homoafetividade como “inversão sexual”. De viés eugenista e biodeterminista, seus estudos ancoravam-se na Escola Positivista Italiana de Antropologia Criminal fundada por Cesare Lombroso. Objetiva-se fazer uma análise desta obra sob o aporte teórico-metodológico dos estudos discursivos norteados pelas ideias de Michel Foucault (1984, 1985, 1988, 2002, 2005, 2010a, 2010b, 2010c, 2016a, 2016b, 2020) para pensar a constituição da subjetividade e da verdade científica. Apresenta-se uma leitura do regime dos *aphrodisia* na *Aula de 21 de janeiro de 1981* e em *As confissões da carne*, avaliando sua pertinência nas ideias do livro de L. Ribeiro.

Palavras-chave: Subjetividade, verdade científica, *aphrodisia*, *Leonídio Ribeiro*, *eugenia*.

SUBJECTIVITY AND SCIENTIFIC TRUTH IN THE EUGENIC DISCOURSE BY LEONIDIO RIBEIRO: “SEXUAL INVERSION BEFORE THE CODES”

Abstract: This article presents an analysis of the book *Homossexualismo e Endocrinologia* (1938), by Leonídio Ribeiro (1893-1976), a classic study of the problem of homo-affectiveness as a “sexual inversion”. With an eugenic and biodeterminist approach, his research was anchored in the Italian Positivist School of Criminal Anthropology founded by Cesare Lombroso. The aim is to analyze this book under the theoretical-methodological framework of discursive studies guided by Michel Foucault’s (1984, 1985, 1988, 2002, 2005, 2010a, 2010b, 2010c, 2016a, 2016b, 2020) ideas to think about the constitution of subjectivity and scientific truth. A reading of the *aphrodisia* regime is presented in the *Cours de 21 Janvier 1981* and in *Les aveux de la chair*, evaluating its relevance in the ideas of the Ribeiro’s book.

Keywords: Subjectivity, scientific truth, *aphrodisia*, *Leonídio Ribeiro*, *eugenics*.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor adjunto no Departamento de Letras Vernáculas e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), jonuefs@gmail.com, iD ORCID 0000-0001-8716-5059.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Daqui a muitos anos, quando estiver esquecida quasi toda a literatura medica contemporanea, este livro continuará sendo citado como fonte invariavel de conhecimentos. G. Marañón

Enquanto andava pela rua Luís de Camões, no Centro do Rio de Janeiro, em 2012, logo após minha primeira visita à secular biblioteca Real Gabinete Português de Leitura², fiz-me uma questão arqueogenealógica, na linha do pensamento foucaultiano: quais discursos de brasilidade colonial aquela biblioteca lusófona havia guardado ao longo dos quase dois séculos de fundação? O que ela conservara sobre nós e ainda se mantém até nossos dias como uma verdade incontornável? É certo que os livros parecem preservar as “verdades” de nossa história que a literatura e a ciência de um determinado tempo funcionaram como dispositivos de poder-saber na manutenção de certos discursos que nos subjetivam e nos violam.

Logo que entrei num sebo repleto de obras empoeiradas, naquela mesma rua, para minha surpresa, encontro o livro do médico-legalista brasileiro Leonidio Ribeiro³ (1893-1976), *Homosexualismo e endocrinologia*⁴, publicado pela Livraria Francisco Alves, em 1938. Não era o nome do médico e biógrafo do crítico literário Afrânio Coutinho (1911-2000) que me chamava a atenção, mas uma espécie de adesivo colado na folha de

guarda (Figura 1) escrito pelo cientista espanhol Gregorio Marañón y Posadillo (1887-1960), que havia prefaciado a obra como se lê na folha de rosto (Figura 2). Ingenuamente me perguntava: por que o autor não imprimira aquele trecho numa das folhas na época da produção e costura do livro? Foi preciso que Leonidio Ribeiro pedisse ao endocrinologista espanhol o acréscimo que lhe chegaria tardiamente? Este lhe havia dito por telefone ou por meio de uma carta após o livro ter sido confeccionado? De fato, estas perguntas me intrigavam e ficariam sem respostas até a leitura do longo prefácio em espanhol, porém me conduziam a outra questão de inclinação foucaultiana: por que, no campo de um saber médico sobre corpos negros e homossexuais, haveria de permanecer certos enunciados como citação e comentário em meio a uma infinidade de discursos fadados ao esquecimento e não outros em seu lugar?

Figura 1 – Folha de Guarda

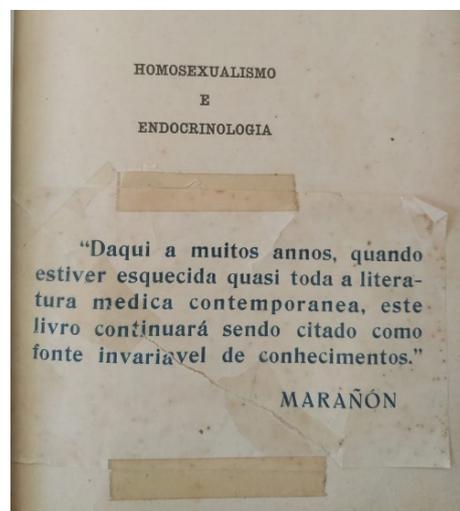
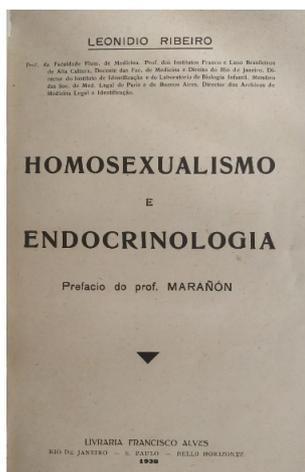


Figura 2 – Folha de rosto

2 A Biblioteca Real Gabinete Português de Leitura foi fundada em 1837 por 43 imigrantes portugueses e refugiados políticos, porém inaugurada na Rua Luís de Camões, número 30, em 1888, às vésperas da Abolição da Escravatura, pela Princesa Isabel. Disponível em: <https://www.realgabinete.com.br/O-Real-Gabinete/Historia>. Acesso em: 01 ago. 2021.

3 Embora o nome completo do médico seja Leonidio Ribeiro Filho, adotarei apenas Leonidio Ribeiro respeitando a forma como o livro analisado traz na capa suprimindo “Filho”.

4 Mantenho, neste artigo, a mesma grafia do título original da obra *Homosexualismo e endocrinologia*, bem como suas palavras e trechos citados, respeitando as regras de escrita da Reforma Ortográfica de 1911 em Portugal. Então, a obra de Leonidio Ribeiro foi redigida conforme as regras portuguesas. No Brasil, apenas em 1943, entrou em vigor pela primeira vez sua Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa.



Fonte: acervo pessoal

Motivado por esta última questão, rematei o livro com suas páginas bem envelhecidas como quem remata uma rara obra de arte em um leilão. A leitura foi imediata. Enquanto ia lendo as afirmações defendidas acerca dos corpos negros, feminilizados, homossexuais, vinculados à ideia de inversão congênita, desvios de moral e criminalidade dos negros, minhas leituras de *Vigiar e Punir* (1999), *Em defesa da Sociedade* (2005) e dos três primeiros tomos de *História da Sexualidade* (1984, 1985, 1988), de Michel Foucault, bem como *História do Rosto* (2016), *História do corpo 3* (2008), *História da virilidade I* (2013), *Decifrar o corpo – pensar com Foucault* (2013), de historiadores culturais como Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello e Claudine Haroche passariam a fazer muito mais sentido. Os discursos médico, jurídico e científico consolidaram, ao longo de nossa história e na dispersão do tempo histórico, as verdades sobre alguns corpos meticulosamente descritos, classificados, dissecados, produzindo sentidos disfóricos de sujeitos ditos *desviados*, *delinquentes*, *anormais*, que compunham sistematicamente o espectro das monstruosidades de que trata Michel Foucault nas aulas de *Os anormais* (2002). Mas é certo que, na mesma dispersão histórica, sob a ordem dos discursos médico-científicos, senão outros, também se produziram sentidos eufóricos na estética dos

corpos belos, do homem viril, da beleza negra, como neste último caso, por exemplo, analisado por Amanda Braga no livro *História da beleza negra no Brasil* (2015) no terreno da análise do discurso.

Tendo em vista essa complexa problemática, o objetivo deste artigo é, pois, fazer uma análise do capítulo “*A inversão sexual diante dos códigos*” a partir da noção de regime dos *aphrodisia* e *as formas de conduta* de que trata Foucault (2020) em *As confissões da carne* e em uma de suas aulas de 1981. A questão que me motiva a este estudo é aquela problematizada acima, considerando a futuridade de G. Marañón ao pensar na manutenção absoluta do discurso eugenista lambrosiano que sustentava as teses de Leonidio Ribeiro e, mais que isso, serviria de orientação ideológica ao racismo científico e legitimaria o ideal de raça ariana na raiz do nazismo. As irreversíveis e traumáticas consequências disso, a história já nos revelou e segue alertando.

Este artigo⁵ organiza-se da seguinte maneira: (i) inicialmente, discutirei a questão da economia dos prazeres e do regime dos *aphrodisia* em *Subjetividade e verdade* e em *As confissões da carne* procurando entender a análise discursiva em longa duração empreendida por Foucault da Antiguidade à modernidade; (ii) na sequência, situarei o leitor diante do *corpus* para que conheça o médico criminalista e a obra; (iii) por fim, volto à análise de um capítulo do livro no intuito de compreender a questão dos “códigos” abordados pelo cientista.

5 Venho estudando este livro desde 2016 de modo paralelo a outros projetos, ainda que meus interesses de pesquisas até o momento tenham mais a ver com a questão do racismo, da glotofobia e da xenofobia, por vezes legitimadas pela discursividade científica ao longo da história, do que exatamente da questão da sexualidade. Em 2019, orientei a pesquisa de Iniciação Científica de Gabriel Bezerra, sobre a constituição discursiva do “sujeito anormal” em Leonidio Ribeiro, com pesquisa premiada e resultados publicados em Ribeiro e Bezerra (2020). Em 10 de maio de 2021, a convite dos professores Dr. Nilton Milanez e Dra. Carla Luzia Borges, ambos da Universidade Estadual de Feira de Santana, na ocasião do Seminário Subjetividade e verdade (modalidade remota), apresentei algumas análises desse estudo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=z2uk2emscBU&t=3s&ab_channel=LINSPUEFS. Acesso em: 10 ago. 2021.

SUBJETIVIDADE E VERDADE EM MICHEL FOUCAULT

1.1 O último Foucault no domínio da subjetividade

Muito se tem tentado organizar o pensamento e o conjunto da obra de Michel Foucault em fases. Isso não é novidade para nós analistas do discurso nem para pesquisadores do campo da filosofia, da psicologia social e da história das ideias e da ciência. Sabe-se que a tentativa de rotulá-lo ou de enquadrar seus ditos e escritos em domínios é pouco produtiva porque isso vai ao encontro do que ele mesmo defendia a respeito de rótulos acadêmicos, identidades fixas e autoria fundante dos textos numa dada temporalidade. No entanto, é necessário aqui uma forma particular de produzir efeito de regulação nessa leitura dada a complexidade de seus trabalhos, pois é preciso pensar no ponto de partida na leitura de Foucault quando se faz um recorte analítico para pensar um dado discurso, a exemplo do discurso médico que goza de um status de verdade científica.

Já é de conhecimento dos estudiosos de Foucault - e me refiro em particular aos trabalhos de analistas como Sargentini e Navarro-Barbosa (2004), Gregolin (2004), Fernandes (2012), Sousa e Paixão (2015), Ottaviani (2016), Prado Filho (2018) - que podemos ler a trajetória intelectual de Foucault a partir de três fases ou domínios: i) a fase da *arqueologia do saber*, das formas de constituição do saber; ii) a fase da genealogia com as formas e exercício do poder; iii) a fase da ética e estética de existência, quando ele vai levantar e investigar questões de sujeição e subjetivação, tecnologias de si, biopolítica e biopoder etc. Com base em Ottaviani (2016) e Gros (2016), esta última fase tem início no final da década de 1970, início de 1980, com o livro *O Governo dos vivos*, e termina em 1984

com o livro *História da Sexualidade 3 – o cuidado de si* e, acrescentamos, o recente *História da Sexualidade 4 - as confissões da carne* (2020), a qual me concentrarei mais adiante. Gros (2016, p. 275) afirma que, apenas em 1981, Foucault “encontra nos escritos da Grécia clássica, helenística e romana um ponto de fixação teórica que lhe possibilita uma conceitualização renovada da subjetividade e da verdade”. Isso se confirma com muita clareza quando lemos as aulas de *Subjetividade e verdade* (2016a; 2016b).

Especificamente nas aulas de 21 e 28 de janeiro de 1981, há várias questões que podem nos ajudar a pensar, primeiramente, no problema das práticas de sexualidade na Idade Clássica, na ética dos *aphrodisia*, na economia dos prazeres, no princípio eufórico da atividade e na desvalorização ou disforia da passividade etc. Foucault (2016a; 2016b) faz um trabalho analítico sistemático estudando o método de interpretação dos sonhos (onirocrítica) do filósofo grego estoico Artemidoro de Daldis (ou de Éfeso), que viveu na segunda metade do séc. II da era cristã.

Mas as análises de Foucault (anos) nos remetem, inevitavelmente, em um segundo momento, ao problema que aqui pus em evidência, isto é, a questão dos discursos constituídos no interior da medicina legal, biodeterminista e eugenista de Leonídio Ribeiro (1938). O médico, em seu livro, analisou os papéis de “*atividade*” e de “*passividade*” nas diferenças de gênero, descrevendo corpos de homossexuais afeminados, homens brancos e negros capturados nas *ruas noturnas*⁶ do Rio de Janeiro, feitos prisioneiros etc. Refiro-me, portanto, a pesquisas científicas sustentadas

6 No livro analisado, Ribeiro (1938) não especifica exatamente quais atividades, instituições ou casas noturnas funcionavam, que tipo de atividades os supostos “delinquentes” exerciam ou consumiam nas noites cariocas. Como o estado exercia o controle social e repressivo contra alguns corpos negros, prostitutas, artistas em casas de espetáculos, homossexuais e outros grupos de sujeitos tidos como subversivos, anormais e delinquentes, depreende-se que o controle, a captura e a criminalização desses sujeitos se davam nas supostas ruas boêmias onde pudessem funcionar as casas noturnas, casas de espetáculos, bares e teatros clandestinos etc.

há exatamente 100 anos no Brasil e fortemente alicerçadas nos estudos de hereditariedade genética do médico criminalista italiano Cesare Lombroso (1835-1909)⁷.

É certo que algumas “verdades” do médico brasileiro foram superadas e felizmente deslegitimadas, porém, outras persistem ainda hoje como se verdade fosse, nos discursos inscritos em distintas formações discursivas. Seus efeitos, pois, sempre se recaem nos corpos negros, pobres, favelados, transgêneros e demais membros da comunidade LGBTQIA+ de nossa atualidade. No contexto da retórica política de Jair Bolsonaro hoje e na argumentação política de seus apoiadores, por exemplo, é recorrente a defesa da ‘cura gay’, das propostas de ‘terapias de correção’, incluindo psicólogos defensores, e de um único modelo de família brasileira: branca, patriarcal e heteronormativa.

Então é neste terceiro domínio de produção intelectual foucaultiana que me concentro, pensando de modo particular na *Aula de 21 de janeiro de 1981* e na primeira parte de *As confissões da carne*. Começemos pela *Aula*.

1.2 A questão dos apherodísia na Aula de 21 de janeiro de 1981

Nesta aula, Foucault (2016a) tratou de várias questões intrigantes, perturbadoras, mas também

7 Embora esse não seja o objetivo neste artigo, vale a pena percorrer, nas aulas de Os anormais (Curso no Collège de France (1974-1975)), as reflexões de Foucault ao analisar as formulações marcadas pelo princípio da discriminação política de C. Lombroso, concebendo seu adversário ou seu diferente como delinquente, criminoso, monstruoso, feio etc. Fazia isso sob legitimação das “ciências” antropológica, psiquiátrica e médica, fincadas nos aportes da escola positivista com seus determinismos biológicos. Nas palavras de Foucault (2001, p.106): “Lombroso, que era republicano, anticlerical, positivista, nacionalista, procurava evidentemente estabelecer a descontinuidade entre os movimentos que ele identificava e com os quais se identificava, e que, segundo ele, haviam sido validados efetivamente no curso da história, e aqueles de que ele era contemporâneo e inimigo, e que se tratava de desqualificar. Se for possível provar que os movimentos atuais são obra de homens pertencentes a uma classe biologicamente, anatomicamente, psicologicamente, psiquiatricamente desviante, então ter-se-á o princípio de discriminação.”

bastante familiares em nossa era ainda que suas análises remontem a um texto da literatura clássica do terreno dos sonhos. Na medida em que Foucault (2016a) vai dissecando cada capítulo, cada página da tradução de Festugière da enciclopédia *Oneirocrítica* ou *Oneirokritikon* (*Sobre a Interpretação dos Sonhos*), escavando os termos e conceitos gregos como ele bem sabia fazer em seu método *arqueogenealógico*, ele nos entrega, na nossa atualidade, o modo como os saberes operam como discursos. Foucault nos faz pensar que, em nossas línguas, para além da materialidade linguística do português, do francês ou de outra língua neolatina, os discursos mantêm uma memória que está na base da concepção de sexualidade “permitida” e “proibida”, na separação dos sexos, consolidada no decorrer de todo o século XIX. Se, por um lado, esses discursos são constituídos a partir de uma ética cristã que operou sobre os indivíduos criando uma “política” e uma “polícia” do sexo na *vontade de saber* e na *economia e uso dos prazeres*, por outro, a medicina produziu discursos científicos a partir da análise dos corpos sobre os quais traçaram uma “normalidade” e um “desvio” desta normalidade, conforme o princípio da discriminação político e científico. Do decorrer do século XIX até muito recentemente, a exemplo da força dos estudos de L. Ribeiro em quase todo o séc. XX, a sexualidade foi analisada no campo médico mediante esse paradigma binário, da moral cristã à definição patológica da homossexualidade, com a recitação da cientificidade como verdade absoluta. Mas há uma questão metodológica na análise de Foucault que gostaria de destacar quando ele trata dos saberes da e sobre a sexualidade da era clássica à modernidade: a divisão das experiências da sexualidade. Ele separa, portanto, a experiência cristã da carne, a experiência moderna da sexualidade e a questão da percepção ética dos *aphrodísia* descrita por Artemidoro ao analisar os sonhos.

Foucault (2016a) analisa as relações entre subjetividade e verdade, o problema do sonho e do sistema ético dos atos sexuais através da análise dos sonhos na filosofia clássica para entender, inclusive, a questão da hierarquia (mais velho e mais novo, rico e pobre, proprietário e escravo, homem e mulher) nas práticas e reuniões sexuais, bem como quem assume o papel de atividade e de passividade nesta relação. Ele analisa também o modo como Artemidoro concebia as relações sexuais *contrárias à lei e à natureza*, aquelas que estão em *conformidade com a lei da natureza* e, como no período clássico, se estabeleceu o *princípio da naturalidade da penetração*, a partir do qual se definem os atos *sexuais, antissexuais e parassexuais*. Outra coisa que gostaria de lembrar é que Foucault estuda a relação entre um “saber da sexualidade” com uma economia homossexual e sua vinculação com uma também significação econômica dos sonhos. Nesse sentido, Foucault (2016a, p.53) afirma o seguinte: “De modo muito claro, o sonho sexual tem uma significação econômica ou política. Fala da maneira como a vida decorre, tanto no espaço da cidade como no doméstico, da casa, da família. Portanto, projeção do que denominamos o sexual sobre o social”.

O filósofo francês nos conduz ao entendimento de que a questão dos sonhos está relacionada a um problema econômico e sexual – uma economia das práticas sexuais positivadas para os gregos. Assim, o status dos discursos sobre o sexo adota sempre a perspectiva do homem e apenas do homem (FOUCAULT, 2016a); portanto, a *onirocrítica* é uma prática que deve ajudar os homens a se conduzirem legal e moralmente. Naquela tradição de pensamento grego, havia uma relação entre a economia do sexo com a economia de suas posses, incluindo nelas a esposa, os bens, a casa, o/a escravo/a e tudo aquilo do qual se possa gozar dos prazeres do “pai de família”. Ele poderia manter relações sexuais com seu escravo, homem, desde que não servisse ao prazer sexual

deste em posição de ativo, o que significaria desgraça, prejuízo, perda econômica. A *onirocrítica* (*Oneirokritikon*) não era exatamente uma espécie de código de conduta como outros textos de tradição cristã ou pagã analisados por Foucault em várias de suas obras como nos quatro tomos da *História da sexualidade*, mas um livro “científico”, talvez uma enciclopédia na qual se registraram discursos sobre as condutas. Esta *arte de conduta*, como definiu Foucault, seria mais “um livro de pai de família e, obviamente, por causa disso é normal que todos os sonhos, sexuais ou não, também sejam remetidos a essa realidade que é a vida social, política, econômica” (FOUCAULT, 2016a, p.54).

Em sua análise das interpretações de Artemidoro, ele conclui:

O prazer é uma experiência do sujeito. Só há prazer porque há sujeito, mas a naturalidade dos *aphrodisia* implica que o único sujeito que pode ser reconhecido, o único sujeito que é pertinente, o único sujeito que é ao mesmo tempo sujeito dos *aphrodisia* e de uma moral eventual evidentemente é aquele que é ativo. A mulher, o rapaz - vamos deixar de lado o escravo, porque de qualquer modo ele não apresenta problema - pertencem a esse sistema enquanto objetos da penetração. (FOUCAULT, 2016a, p.80)

Portanto, a compreensão de prazer na era clássica, segundo Foucault, passa pela própria definição do sujeito ativo que reside no homem, pai de família e proprietário de bens e escravo, enquanto a mulher, a concubina, o rapaz, o(a) escravo(a) são objetificados na ética dos *aphrodisia* na tradição grega. A ética dos *aphrodisia* diz respeito à economia dos prazeres em que me concentrarei um pouco mais na seção seguinte onde vamos pensar, com o/a partir do filósofo a relação do casamento e da procriação n’*As confissões da carne*. Nota-se, com essa análise de Foucault, uma semelhança com o que Pierre Bourdieu chamou de *dominação masculina* e discutida por Didier Eribon em *Réflexions sur la question gay*. A lógica da dominação masculina produziu historicamente as violências

simbólicas nas formas de relação hierarquizada, não do homem sobre a mulher, como alerta Eribon (2012), mas do “princípio masculino” sobre o “princípio feminino”, o princípio heteronormativo sobre aquilo que não se enquadra nesta concepção estruturante e opressora.

1.3 A questão dos aphrodísia em As confissões da carne

Em 2018, depois de três décadas de ansiosa espera, veio a público *Les aveux de la chair*, completando os quatro tomos da *História da sexualidade*. Uma obra complexa e inacabada, na constituição, na expressão e no conteúdo, finalmente veio a domínio público como projeto sobre uma “ética do sujeito”. No texto de apresentação intitulado *Advertência*, Gros (2020, p.9) nos adverte: “*As confissões da carne* tratarão enfim da experiência da carne, nos primeiros séculos do cristianismo, e, nesta, do papel da hermenêutica bem como o da decifração purificada do desejo”.

Assim, as mais de 500 páginas da tradução brasileira vão nos mostrar o exaustivo exame histórico que Foucault traçou para nos revelar o que a tradição filosófica pagã e teológica cristã afirmou, interditou e prescreveu sobre o matrimônio, o sexo dentro e fora do casamento, a virgindade, a masturbação, a procriação, a libidinização, enfim os cuidados de si no domínio dos desejos e no uso dos prazeres na antiguidade clássica. Não é inútil lembrar que, como em outras fases foucaultianas, suas análises problematizam as continuidades entre o helenismo e o cristianismo, refletem as discontinuidades na definição dos códigos e condutas e evitam a origem teleológica do *logos*, das palavras e das coisas.

Para meu intento neste artigo, quando pretendo pensar com Foucault a questão da “*inversão sexual diante dos códigos*”, volto-me ao problema da economia das relações sexuais no regime dos

aphrodísia. É sabido que este tema aparece em boa medida nos tomos II e III da História da sexualidade, como já mencionei na seção anterior ao analisar a *Aula de 21 de janeiro de 2021*. Mas distanciando-se da questão de análise desse tema nos textos de Artemidoro (eu diria dos estoicos e helenistas), Foucault vai se voltar à filosofia pré-cristã e ao cristianismo quando vinculam sexo a pecado da carne, ato sexual e prazer.

Logo na introdução d’*As confissões da carne*, quando ele começa a analisar a questão do matrimônio e da procriação nos teólogos cristãos, ele anuncia que

Foram os filósofos e os diretores não cristãos, então, que formularam o regime dos *aphrodísia*, definido em função do casamento, da procriação, da desqualificação do prazer e de um laço de simpatia respeitosa e intensa entre os cônjuges; foi uma sociedade “pagã” que se deu a possibilidade de nele reconhecer uma regra de conduta aceitável por todos – o que não quer dizer, longe disso, efetivamente seguida por todos. (FOUCAULT, 2020, p.21)

Essa introdução é interessante porque situa o leitor diante do problema do regime dos *aphrodísia*, como uma herança de uma relativa continuidade sobre o uso dos prazeres, mas, ao mesmo tempo, uma discontinuidade em relação aos gregos no que diz respeito aos códigos de conduta. A questão do pecado da carne, da fidelidade matrimonial, da procriação e da continência, por exemplo, não era um problema dos filósofos gregos, salvo em alguma medida alguns filósofos helenísticos que davam “conselhos de condutas” (FOUCAULT, 2020, p. 24). Mas Foucault passa a analisar a obra *O pedagogo*, do teólogo cristão Clemente de Alexandria, considerando um texto voltando aos cristãos convertidos e batizados, não aos pagãos.

Segundo Foucault (2020), a obra é prescritiva, tem objetivo de ensinar a lição, o *Logos*, na linha dos preceitos divinos que levam à salvação. Em suas análises tanto do discurso cristão quanto do pagão, ele faz uma série de observações para

entendermos, por exemplo, o papel do matrimônio e o lugar da procriação de sementes (filhos) não como um fim em si mesmo, mas como resultado da legítima união. Então a busca do prazer por si só ou da obtenção do filho apenas era contrária à razão e à moral, porém os filhos deviam ser frutos de pessoas casadas. Então, na concepção cristã de Clemente, as relações sexuais, diz o filósofo, têm a finalidade de procriação e de descendência, não de prazer, lascívia, violência etc.

Outra questão discutida por Foucault (2020) é a abordagem naturalista de Clemente (a exemplo das análises de alguns animais) contrastando três lógicas: (i) a lógica da natureza animal com a (ii) lógica da natureza humana e sua relação entre corpo e alma e (iii) a lógica da Criação com o Criador. Então, essas três lógicas estão ancoradas no paradigma “naturalista” como criação divina, não permitem outra compreensão senão na dualidade - “alma superior” (razão/*Logos*) e “corpo inferior” (sexo/carne). Assim Foucault (2020, p. 53) conclui: “Clemente, neste texto, elimina tudo aquilo concernente ao ser social do homem; ele desenvolve considerações de naturalista [...]”. De acordo com o filósofo francês, havia claramente um interesse de Clemente em refutar as teses de alguns pensadores contemporâneos que refletiam sobre a metamorfose de alguns animais, não sendo estes seres de criação divina. A esse respeito, o teólogo dizia que um “indivíduo não pode mudar de sexo, nem ter dois, tampouco ser de um terceiro que seja intermediário entre o masculino e o feminino: estas são quimeras que os homens imaginam, mas às quais a natureza se recusa.” (FOUCAULT, 2020, p. 48)

Ora, a questão dos *aphrodisia* na moral cristã passa pelo controle do corpo e, conseqüentemente, pelos cuidados de si, evitando a desobediência, a intemperança, a falta com o *Logos* e com a luz da consciência. E é essa questão que Foucault (2020) persegue como um problema de constituição da

subjetividade e da verdade, observando a história da formação e das transformações dos discursos sobre a carne, o sexo e a sexualidade no decorrer do cristianismo, da era clássica à modernidade. Ele procura descrever a constituição de um código sexual, organizado em torno do casamento e da procriação, antes mesmo do cristianismo, avaliando o que permanece como contínuo e, na descontinuidade, quais foram as experiências e as “tecnologias do indivíduo” que permitiram que o código mudasse na “conduta dos indivíduos”.

Edgardo Castro, em *El vocabulario de Michel Foucault - un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*, publicado em 2004 com tradução brasileira de 2009, ao apresentar o verbete grego *aphrodisia*, disse o seguinte:

A continuidade dos códigos éticos de conduta sexual entre a Antiguidade e o cristianismo [...] é somente uma continuidade relativa. Na moral cristã, a problematização da carne já não será uma questão de “uso”, mas de deciframento dos *arcanos* do desejo, pelas formas e funções de um conjunto de atos cuidadosamente definidos [...], dando lugar assim a uma hermenêutica do desejo e a uma hermenêutica do si mesmo. (CASTRO, 2009, p. 38).

Assim, a compreensão do filósofo argentino - ainda quando não se tinha nenhuma certeza da iminente publicação d’*As confissões da carne*, mas tendo em mãos apenas os três tomos da *História da sexualidade* - me parece muita clara quanto ao projeto de Michel Foucault nesse último domínio de seus escritos. *As confissões* aprofundam aquilo que era da vontade de saber, diz muito mais do uso dos prazeres para, enfim, nos permitir conhecer os sujeitos de nossa atualidade desde uma hermenêutica do desejo.

LEONIDIO RIBEIRO E A OBRA HOMOSEXUALISMO E ENDOCRINOLOGIA

2.1 Do médico criminalista

Feitas as reflexões anteriores a propósito da leitura foucaultiana da economia do sexo na antiguidade clássica que precedeu o cristianismo, mas também se constituiu na moral cristã, é preciso conhecer Leonídio Ribeiro, um dos maiores nomes da história da endocrinologia brasileira do séc. XX, cujos escritos na esfera das discursividades científicas do século XX produziram verdades sobre negros e homossexuais criminalizados. Ele o fez seguindo “certas tecnologias do indivíduo” (FOUCAULT, 2020, p.74), desde instituições nas quais operava uma lógica do saber-poder, descrevia, analisava e definia corpos negros, LGBTQIA+ (na nomenclatura de hoje), indígenas, obedecendo a um dispositivo de controle em que o racismo científico, a violência de Estado e toda sorte de crueldade contra estes indivíduos eram legitimados pelo discurso científico higienista da época. Mas é preciso lembrar que a posição de L. Ribeiro não era a de criminalização desses sujeitos, mas de tentativa de entendimento para cura, correção e educação pedagógica, visto que a homoafetividade vinha sendo concebida pela literatura médico-psiquiátrica como objeto patológico e, por isso, deveria ser estudada como objeto de estudo científico.

Leonídio Ribeiro nasceu no dia 04 de novembro de 1893, 5 anos depois da Abolição da Escravatura, e faleceu em 27 de fevereiro de 1976 em plena ditadura militar. Foi um médico brasileiro, professor de medicina legal na Faculdade Fluminense de Medicina e renomado estudioso dos temas ‘*homossexualismo*’, ‘*inversão sexual*’ (conforme nomenclatura médica da época), biotipologia de criminosos, criminologia e endocrinologia, tendo influenciado uma geração de jovens cientistas brasileiros no decorrer do séc. XX. Conforme escreve Gutman (2010)⁸, sendo primogênito de uma família de treze irmãos, herdou o nome do pai, o baiano Leonídio de Souza Ribeiro, que era

formado pela Faculdade de Medicina da Bahia e erradicado em São Paulo. Sua mãe se chamava Maria Henriqueta Marcondes Ribeiro. Após se mudar para o Rio de Janeiro para estudar medicina com toda a família, Leonídio Ribeiro (filho) formou-se médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916, com *tese*⁹ intitulada *Tratamento cirúrgico de litíase biliar*, no campo dos estudos em endocrinologia. No ano seguinte, já formado, L. Ribeiro assume concurso na Polícia Civil do Distrito Federal (ainda Rio de Janeiro)¹⁰, vindo a atuar por alguns meses no serviço público como médico criminalista. Porém, em 1918, foi nomeado tenente-médico e enviado à França a uma missão médica para atuar na 1ª Guerra Mundial. Foi condecorado pelo governo francês e brasileiro pela sua atuação na missão. Recebeu mais tarde o título de “Doutor Honoris Causa” pela Universidade de São Paulo.

Aprofundando-se nos estudos de medicina legal e criminologia, L. Ribeiro conhece as ideias da Escola Positivista Italiana fortemente difundidas na Europa e pelas Américas. Ele foi um fiel seguidor e promotor das ideias do psiquiatra e antropólogo higienista italiano Cesare Lombroso (1835-1909)¹¹,

considerado fundador da Escola Positivista de 9 Deve-se atentar para o uso do termo “tese”, naquela época, em sentido distinto do que usamos no gênero Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Medicina hoje (monografias e TCCs) e tese como trabalho final de pesquisa doutoral em nível de pós-graduação stricto sensu. Embora se reconheça o risco de comparações anacrônicas, nos dias atuais, o trabalho Tratamento cirúrgico de litíase biliar - “Tése inaugural, laureada com Premio “Manoel Feliciano”” (RIBEIRO, 1938, verso da folha de guarda) - equivaleria ao TCC, não a uma tese de doutorado.

10 Segundo Manual de Rotina da Polícia Civil do Distrito Federal: “Em 16 de dezembro de 1978, o Congresso Nacional homenageou o professor Leonídio Ribeiro ao dar o seu nome ao Instituto de Medicina Legal, que passou a ser denominado Instituto de Medicina Legal Leonídio Ribeiro (IMLLR). Tratava-se do emérito professor do IML do Rio de Janeiro, que veio duas vezes daquele Estado lecionar para os médicos do IML de Brasília.” (BRASILIA, 2014, p. 4).

11 Na obra O homem delinquente, escrito em 1876, Cesare Lombroso descreve minuciosamente as práticas e as mentalidades dos criminosos, analisando, por exemplo, a presença ou a ausência da sensibilidade afetiva nos delinquentes. No conjunto de sua obra, o médico de Verona tratou de política, anarquista, antisemitismo, prostituição feminina, alcoolismo, anomalias, suicídio, entre outros temas, dentro do paradigma da normalidade versus anormalidade, tendo influenciado fortemente a história da medicina positivista que ainda perdurará pelo decorrer do séc. XX.

8 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/vygWCJ5cG9Wv7JfCfLY35Vt/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2021.

Direito Penal e pai da antropologia criminal. Pouco mais tarde, L. Ribeiro embasou teoricamente as práticas higienistas e o discurso eugenista predominante naquela época no Brasil e na Argentina, sob a análise, a descrição e a dissecação dos corpos de indivíduos do sexo masculino, a partir dos dispositivos e técnicas de subjetivação que determinavam a divisão sujeito normal *versus* sujeito anormal e “inversão sexual” (BEZERRA; RIBEIRO, 2020). Homens prisioneiros e ditos criminosos e delinquentes negros, pessoas indígenas capturadas de suas comunidades e homossexuais brancos e negros, das prisões ou aprisionados das *ruas e casas noturnas* cariocas, passam a compor sistematicamente um agrupamento de corpos vivos ou cadavéricos nos laboratórios de medicina legal, psiquiátrica e endocrinológica tendo a figura de Leonidio Ribeiro como liderança ou membro entre os grupos de cientistas. Segundo o próprio autor, na apresentação do livro intitulada *Duas palavras*, datada de 25 de janeiro de 1937, “*As observações, em que se baseiam as conclusões deste trabalho, constam dos Arquivos do Laboratório de Antropologia Criminal, do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, criado por iniciativa e sob a direção do Autor*” (RIBEIRO, 1938, p.5).

2.2 Da obra eugenista

O livro *Homossexualidade e endocrinologia* foi produzido nos primeiros anos da década de 1930 e publicado em 1938, fruto de “*um estudo incompleto do problema da inversão sexual*”¹² (RIBEIRO, 1938, p. 5), já que apenas “*abordava a questão do homossexualismo masculino*” (RIBEIRO, 1938, p.5). É estruturado sumariamente em sete capítulos, alguns subdivididos em seções, trazendo ao final da obra, antes das dezesseis páginas de bibliografia

12 Por se tratar de um documento histórico escrito em língua portuguesa da primeira metade do século XX, usarei o recurso itálico para as citações e palavras do autor mantendo a grafia original, acentuação gráfica ou sua ausência.

estrangeira (europeia), uma lista de apêndice com oito textos onde se leem casos de estudos, relatos de crimes, depoimentos, manifestos e terminologia do que se convencionava nomear *inversão sexual* e *pederastia* em diferentes países europeus, particularmente Alemanha, Espanha, França, Inglaterra e Itália. É notória a presença de trechos ou textos inteiros transcritos em francês, espanhol, italiano e algumas palavras em alemão e inglês, sem tradução de nenhuma destas línguas ao português. Em 1939, a obra foi traduzida ao italiano e tendo sido editado também na Itália.

A imageria¹³ discursiva da obra impressiona o leitor porque revela a técnica, a abordagem e os dispositivos metodológicos da época com os quais o saber médico, antropológico, criminalista e jurídico, numa engrenagem interdisciplinar, validava discursos sobre alguns indivíduos subjetivados como portadores de patologias hormonais e de desvios psiquiátricos contra a moral, os costumes e a boa conduta. Tais dispositivos se apresentam na esteira do que Courtine e Haroche ([1988] 2016) discutem em *Histoire du visage* e Courtine ([2011a]2013) em *Déchiffrer le corps: penser avec Foucault* a propósito da emergência de domínios como a *physiognomonie*, *astrologie* e *medicine* com as quais se podia ler o corpo na era clássica e produzir saberes sobre ele. Na medicina de L. Ribeiro, não seria diferente quanto aos usos da imagem e à leitura do corpo, ainda que não estivesse tratando de uma medicina social da primeira metade do séc. XX. Então, da imageria do livro, poderíamos identificar e organizar as imagens em diferentes grupos a depender do olhar classificatório que a

13 O termo imageria discursiva foi cunhado por Santos (2015) e, grosso modo, diz respeito a um conjunto de materialidade verbo-visuais, imagéticas, multimodais, animados ou estáveis, fixos ou em movimentos, para atender a um dado objetivo no interior de determinadas formações discursivas, a exemplo do campo médico, pedagógico, político ou científico. Apresentam-se como materialidade discursiva com natureza semiológica pós-estruturalista concebida na perspectiva da semiologia histórica (COURTINE; HAROCHE, [1988] 2016; COURTINE; MILANEZ, 2005; COURTINE, 2008, 2011b, 2013, 2015; SARGENTINI, 2011; MILANEZ, 2011; KOGAWA, 2015).

elas imprimiríamos: a) representações e esquemas de classificação anatômica; b) fotos de corpo feminino para fins contrastivos; c) imagens de galos e galinhas; d) fotos de eunucos e mutilados; e) fotos de medidas da fisionomia de homossexuais masculinos nus, todos com tarjas nos olhos; f) fotos de pelos pubianos e no peito; g) fotos de destaques de partes específicas do corpo como mãos, rosto (do escritor Oscar Wilde), peitos/mamilos, genitálias, nádegas, ânus e quadris; e h) fotos de vestuário.

Na apresentação do livro, intitulada *Duas palavras*, Leonidio Ribeiro destaca o resultado de suas observações e a importância do estudo, tendo sido laureado por unanimidade na Itália com o “Prêmio Lombroso de 1933”, no tema da Antropologia Criminal, cujo parecer transcreve em italiano. Além disso, ele esclarece: “*Os 195 indivíduos por nós estudados se entregavam à prática habitual de pederastia passiva e foram detidos e fichados como tais pela Polícia Civil do Rio de Janeiro*”, cujas conclusões foram inicialmente publicadas na *Archivio di Antropologia Criminale* da Universidade de Turim, revista fundada e dirigida por C. Lombroso até sua morte em 1909. No final de sua apresentação, Leonidio Ribeiro agradece ao cientista espanhol Gregorio Marañón e justifica sua presença na obra por ser uma das principais referências nos estudos de “*biologia do homem criminoso*” para a “*explicação de alguns fenômenos ainda obscuros da patologia sexual*” (RIBEIRO, 1938, p. 8).

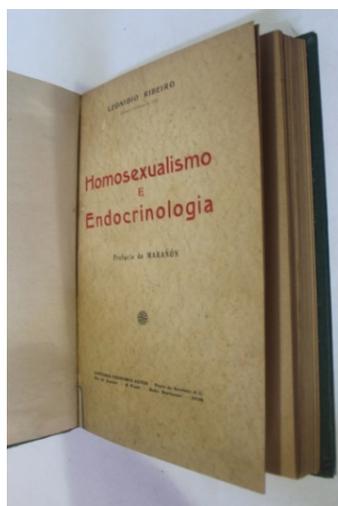
A chamada “*inversão sexual*” era, de antemão, um dado patológico da ordem dos desvios de códigos, e Leonidio Ribeiro trataria de explicar via de regras pela teoria endócrina. Logo, prisioneiros negros e homossexuais, delinquentes de toda ordem, deixariam de ser tratados juridicamente por leis fundadas em “*antigos preconceitos*” e passariam a ter tratamento médico e pedagógico (correção) a partir de “*moldes científicos*”. Nesse sentido, na introdução

do primeiro capítulo, nomeado “*Homossexualismo á luz da medicina*” (sic), o médico afirma:

As práticas de inversão sexual não podiam continuar a ser consideradas, ao acaso, como pecado, vício ou crime, desde que se demonstrou tratar-se, em grande número de casos, de indivíduos doentes ou anormais, que não deviam ser castigados, porque careciam antes de tudo de tratamento e assistência. (RIBEIRO, 1938, p.27, destaques meus)

Como apresentei na introdução deste artigo, analisarei o capítulo que trata precisamente do tema da “inversão sexual” a partir dos códigos e, ocasionalmente, farei referência a outras partes do livro. À luz das ideias foucaultianas acerca do regime dos *aphrodisia*, procurarei compreender como Leonidio Ribeiro discute a questão da inversão e quais sentidos de código ele apresenta para, daí, estudar os homossexuais na esteira da discursividade científica da medicina endócrina.

Figura 3 – folha de rosto



Fonte: Sebo nas canelas (2020)¹⁴

¹⁴ Disponível em: <https://sebonascanelasleiloes.com.br/peca.asp?ID=3229362>. Acesso em: 20 maio 2021.

Figura 4 – Índice da obra

INDICE	
Duas palavras do Autor	Pags. 5
Prefácio de Marañón	9
Homossexualismo à luz da medicina	27
Teoria endócrina	35
Inversão sexual diante dos códigos	61
— Na Alemanha	66
— Processo de Oscar Wilde	66
— Em outros países	76
— As leis em Portugal	79
Pederastia no Brasil	85
— Entre indígenas	85
— Nos antigos presídios	88
— No Rio de Janeiro	89
— Na Bahia	96
Biopologia criminal	103
195 homossexuais estudados no Brasil	105
Uma observação	109
Homossexualidade e sadismo	115
— História da vida de Febrônio	117
— Seus antecedentes criminaes	119
— Os crimes de morte	121
— Anamnese e exame somático	123
— Febrônio à luz da psicanálise	128
— Conclusões do Dr. Heitor Carrilho	132
Psicologia dos homossexuais	147
Tratamento médico-pedagógico	167

246 LEONIDIO RIBEIRO	
Apendice	Pags. 181
— Intersexualidade	183
— Uma pagina de Stefan Zweig	185
— Crime e homossexualidade	191
— Pederastia na Alemanha	193
— Nas galés francezas	201
— Hirschfeld, sua vida e sua obra	209
— Manifesto dos homossexuais	216
— Terminologia da inversão sexual	220
Bibliografia	229
Índice	245

Fonte: L. Ribeiro (1938, p.245-246)

3. “INVERSÃO SEXUAL DIANTE DOS CÓDIGOS”

O capítulo *Inversão sexual diante dos códigos* corresponde ao segundo dos sete. É precedido por aquele que, de uma forma breve, diz ao leitor que, na história da medicina, apenas no século XIX o tema da homoafetividade passou a ser estudado. Antes, fazia parte da retórica cristã, que a concebia como pecado, e, no discurso jurídico, era tratado como crime. Em ambas formações discursivas, o sujeito sofria toda a sorte de violência, processo, discriminação, punição e, comumente, a morte em muitas sociedades. É na antropologia criminalística e na medicina, especificamente com o avanço dos estudos hormonais na endocrinologia, que a questão passa a merecer um olhar científico mediante o método biodeterminista e positivista.

Então, neste capítulo, L. Ribeiro apresenta uma cuidadosa resenha de casos jurídicos e históricos, incluindo longas citações em francês e

espanhol, a partir das quais ele comenta o severo tratamento dado aos invertidos da natureza em vários países europeus, cujas sociedades eram concebidas, nos escritos de Ribeiro, como altamente civilizadas, no entanto produtoras de leis inflexíveis à possibilidade de compreensão e explicação médico-antropológicas. Ele então inicia seus relatos históricos dizendo que “As práticas de inversão sexual tem sido consideradas, pelas legislações antigas e modernas, como um crime, e seus autores castigados com as penas mais severas, desde a castração até á morte” (1938, p. 61). Assim, sua síntese histórica passa por Grécia e Roma antigas, Alemanha, França, Espanha, Inglaterra, Portugal e Brasil, no decorrer dos séculos em que os códigos monárquicos destes países (conceito moderno) obedeciam à moral cristã. Não há nada a respeito da legislação em países da América Latina, América do Norte, África, exceto uma citação do artigo 266, do Código Penal brasileiro, e de um Projeto [de Lei] recente da Comissão Legislativa.

Do artigo 266, ele transcreve sem tecer comentário: “aos atentados contra o pudor de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação, com pena de um a oito anos” (RIBEIRO, 1938, 2010). No entanto, após uma longa citação de um trecho do Projeto de lei (Figura 5), Leonidio Ribeiro conclui o capítulo fazendo a entusiasta avaliação, que cito e analiso na sequência:

Esse projeto constitui um passo á frente na solução do problema, pois prevê a hipótese da pericia medica afim de permitir ao Juiz, em certos casos, [a] a substituição da prisão pela internação, mostrando assim o [b] gráo de cultura de seus autores. Excluindo, porém, [c] a homossexualidade feminina que existe, si bem que mais rara ou mais difícil de ser demonstrada, ficaria o problema encarado por uma face unilateral. Distinguindo o individuo ativo do passivo e só punindo aquele, [d] os termos propostos para resolver a questão não estão de acordo com as idéas hoje dominantes na explicação científica do homossexualismo. (RIBEIRO, 1938, p. 82; grifos meus)

Figura 5: Citação do art.258 do Projeto de Le

“Os atos libidinosos, entre individuos do sexo masculino, serão reprimidos quando causarem escandalo publico, impondo-se a ambos os participantes detenção até um ano. Punir-se-á somente o sujeito ativo e a pena será de prisão: (I) — por 1 a 3 anos, quando por violencia ou ameaça grave, tiver constrangido o outro participante a tolerar o ato, ou este, por deficiência fisica, permanente ou transitoria, acidental ou congenita, fôr incapaz de resistir a esta situação; (II) — por 2 a 6 anos, quando a vitima for menor de 14 anos, caso em que, para punição se prescinde do escandalo publico. Paragrafo unico: Tratando-se de anormaes, por causa patologica ou degenerativa, poderá o Juiz, baseado em pericia medica, substituir a pena por medida de segurança, adequada ás circunstancias”.

Fonte: Ribeiro (1938, p.81-82)

Da avaliação do médico, destaco alguns trechos:

[a] “a substituição da prisão pela internação”;

[b] “gráo de cultura de seus autores”;

[c] “homossexualidade feminina que existe, si bem que mais rara ou mais difícil de ser demonstrada”;

[d] “os termos propostos para resolver a questão não estão de acordo com as idéas hoje dominantes na explicação científica do homossexualismo”.

Leonidio Ribeiro (1938) via com entusiasmo algum avanço na proposta de mudança do código penal, ao “flexibilizar” a criminalização da homossexualidade quando [b] a cultura dos autores (políticos) parecia permitir avançar um passo adiante, [a] trocar a punição pelo tratamento. Embora a homoafetividade

pudesse ser punida para aqueles que assumiam a *posição ativa*, já se visualizava uma saída para a internação em hospitais psiquiátricos aos da *posição passiva*. Outra questão diz respeito à situação das lésbicas [c] que, segundo o médico, não apareciam como objetivo de estudo do mesmo modo que os homens, dada a “raridade” (ou desproporção quantitativa em relação aos homens?) ou a sua dificuldade de demonstração. Por fim, é notória a crítica do autor que reconhece o descompasso entre os [d] termos político-jurídicos para o tratamento do problema e as ideias, conceitos e terminologia científica dominantes à época.

Da análise deste capítulo, é preciso ainda refletir sobre a terminologia empreendida nos discursos científicos e jurídicos da década de 1930. Certamente, muitos de seus termos e conceitos foram reproduzidos, no discurso médico criminalista, em todo o decorrer do século XX. A homossexualidade figura a lista de enfermidades mentais, na Classificação Internacional de Doenças (CID), até 17 de maio de 1990, quando foi finalmente excluída pela Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), não gratuitamente, tampouco por causa do “avanço da ciência”, mas em função de muita resistência da comunidade LGBTQIA+.

Embora Leonidio Ribeiro (1938) se refira à linguagem jurídica quando discute a *Inversão sexual diante dos códigos*, é preciso pensar que há 4 códigos em jogo na constituição do discurso científico: (1) o código como leis no fio da história descontínua marcado pela moral cristã; (ii) o código como terminologia médica inscrito na ética científica que busca afastar-se do jurídico e da fé; (iii) o código de Roma ou do cristianismo que atravessa as memórias e constitui imaginários coletivos de uma sociedade vigilante e punitiva e, não nos esqueçamos, (iv) o código linguístico e imagético que materializa os três primeiros códigos, constituindo assim elementos fundamentais nos processos de subjetivação. Não é

à toa que Leonidio Ribeiro apresenta, no livro, toda uma imageria dos corpos e uma lista de termos para tratar desta questão no último apêndice intitulado *Terminologia da inversão sexual*. Ainda que Leonidio Ribeiro se refira a código como leis, o código jurídico, há outros códigos de conduta socialmente compartilhados: discursos sobre os quais opera a retórica da dominação masculina, a verdade de uma ciência que não escutava, mas auscultava através do ouvido do médico, através do olhar do cientista.

L. Ribeiro conhecia muito da semiologia médica e da antropologia criminal alicerçada na Escola Positivista Italiana, como já dissemos, amparando-se nos métodos criminalistas lambrosianos. No Brasil dos anos 1930, em que se assistia o inchaço urbano com o fim “legal” da escravidão, seus trabalhos científicos colaboravam para uma política de Estado “de limpeza urbana”, com seu projeto civilizatório, através da medicina social higienista, cujo intuito era afastar das ruas os corpos indesejados, os ditos anormais, na linha do que discute Foucault (1999) sobre o biopoder em *Vigiar e punir*. O médico descrevia e analisava o corpo, o rosto, a fisionomia de prisioneiros detidos pela polícia ou corpos em IML do Rio de Janeiro na busca por indícios, pistas, semelhanças, vestígios, sinais, correlações, décadas antes de o historiador italiano Carlo Ginzburg definir o paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) como método de estudo e interpretação nas ciências humanas.

Destaco, aqui, as contribuições da história cultural e da semiologia história (Cf. COURTINE; HAROCHE [1988] 2016; COURTINE; MILANEZ, 2005; COURTINE, 2008, 2011b, 2013, 2015; SARGENTINI, 2011; MILANEZ, 2011; KOGAWA, 2015) aos estudos em Análise do discurso no intuito de compreender a constituição do discurso científico (antropológico e médico) e a verdade desse saber médico na definição do sujeito homossexual. Para isso, analiso não apenas a materialidade linguística, como tradicionalmente

muitos pesquisadores o fizeram, mas os processos de textualização dos discursos por meio de distintas materialidades languageiras, verbais e não verbais, em suas multimodalidades. Dito isso, observo que a definição de sujeito no livro de Leonídio Ribeiro revela os dissensos e as violências históricas das quais a comunidade LGBTQIA+ foi vítima, mas nunca teve oportunidade de falar, de se descrever e se definir a não ser para responder às perguntas dos médicos, da igreja e dos agentes do estado, a polícia. Palavras como *invertidos*, *enfermos* e *anormais* (conforme termos de L. Ribeiro) e *pederastas*, *criminosos*, *sodomitas*, *pervertidos*, *desorganizadores da família*, *da nação*, *da humanidade* (mais vulgarizadas em outros domínios quando não da própria ciência) eram as formas de nomeação e, assim, técnicas de patologização de sujeitos anormalizados.

Ao pensar com Foucault das *Confissões da carne* as ideias postuladas por Leonídio Ribeiro, na linha do que refletíamos sobre o regime dos *aphrodisia* na era clássica, eu diria que há descontinuidades no interior de uma continuidade dos discursos na ética grega e na do cristianismo na longa duração, dos códigos jurídicos aos científicos. Se com a moral cristã, os pensadores apelaram para o naturalismo das espécies animais para, assim, definir normalidade e punir o sexo “anormal” dos indivíduos, a ideia de *invertidos sexualmente* segue este paradigma no código legal (linguagem do Estado) na virada do século XIX para XX, *modernidade* a que se refere o próprio médico. As análises de L. Ribeiro permitem concluir que as leis monárquicas e republicanas reproduziam sentidos socioculturais de sexo, sexualidade e homossexualidade inscritos na moral cristã. Mas a descontinuidade reside no momento em que a medicina higienista e a antropologia criminalista decifram os corpos de indivíduos que “*se entregavam á pratica habitual de pederastia passiva*” (RIBEIRO, 1938, p.7), por meio de técnicas científicas, em busca de uma regularidade e ligação entre o *criminoso* (*desvio*

social), *a fisionomia* (do homem, negro, indígena, homossexual) e as *práticas sexuais desviantes* da lógica naturalista e dita normal. Então, a patologia (*páthos*) da homoafetividade já está posta, é um *já-lá*. No diagnóstico do corpo homossexual, não há espaço para o erro-[do]-médico nem para a possibilidade natural de seus desejos, ainda que ele erre, nem para a discriminação ideológica disfórica no olhar do cientista que traz um binóculo ou um microscópio com lentes heteronormativas; contudo, basta que se comprove, através de técnicas, métodos e tecnologias, seu espectro de “desvio” (da voz, dos gestos, do olhar, das frases e do rosto), deixando escapar a “feminilidade” em lugar da “virilidade”, historicamente construídas, para o médico dar um veredito e, assim, poder afastá-lo das ruas e da convivialidade social, medicá-lo, corrigi-lo, pedagogizar seu corpo e sua psique ou mantê-los até a morte nos manicômios.

Se na Antiguidade grega, com a leitura de Artemidoro em *A interpretação dos sonhos*, Foucault nos diz que a posição de atividade do homem não lhe inscrevia em desgraça ou perda econômica, e o pai de família tinha poderes sobre a esposa, o rapaz mais jovem (exceto seu filho) e o escravo na economia do sexo; nos cristãos, a partir da análise de Clemente em *O pedagogo*, a concepção de pecado, divindade e antinatureza não faz distinção entre passividade e atividade, porque, independentemente da posição de ambos na homoafetividade, não há possibilidade de procriação. Assim, o filho deve ser o fruto do casamento, sua semente; o filho é a continuidade do homem e o *Logos* da conexão com Deus. Por fim, no discurso científico ao qual se inscreve Leonídio Ribeiro, o homossexual não é o pecador, mas o doente sujeito a um “*Tratamento médico-pedagógico*”, como ele propõe em seu último capítulo que leva esse título.

Assim, a verdade da ciência positivista e biodeterminista não permite outra coisa senão a verdade de si mesma; como doutrina cristã, não

está aberta ao contraditório, não se permite a uma segunda ou terceira análise, sequer deixa que os 195 indivíduos estudados por L. Ribeiro falem de si, definam-se, confessem os prazeres de sua carne. Ao contrário, a ciência positiva, europeia, colonialista, fala de seus corpos negros, indígenas, homossexuais, subjetivando-os como selvagens, indecentes, imundos, incivis, desobedientes, imorais, insubordinados como materializa G. Marañón em seu elogioso prefácio castelhano. O cientista espanhol diz então sua verdade no prefácio: “o homossexual dos tempos bíblicos é o mesmo que Ribeiro nos revela no século XX, ou aquele que estudamos seus contemporâneos na Europa; é o mesmo no mundo culto como nos povos da civilização primitiva, tão estudados deste ponto de vista por antropólogos e viajantes.”¹⁵ (RIBEIRO, 1938, p. 21-22; *tradução minha do original*)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminadas provisoriamente minhas análises, é preciso voltar ainda a duas considerações com as quais iniciei minhas reflexões à luz de Michel Foucault. A primeira diz respeito às ideias adormecidas em imponentes bibliotecas (como o *Real Gabinete Português de Leitura*) ou em um simples sebo onde o valor do livro, concebido como objeto histórico e cultural, pode transitar e sofrer diferentes acepções, porque as ideias e os conceitos não morrem nos livros, permanecem de algum modo nos discursos fora deles.

A segunda questão se refere à temporalidade do livro e das ideias nele contidas, como registrou G. Marañón e aqui relembro: “*Daqui a muitos annos, quando estiver esquecida quasi toda a literatura medica contemporanea, este livro continuará sendo citado*

15 “el homossexual de las eras bíblicas es el mismo que nos descubre Ribeiro en el siglo XX, o el que hemos estudiado sus contemporâneos en Europa; y el mismo en el mundo culto que en los pueblos de civilización primitiva, tan estudiados desde este punto de vista por antropólogos y viajeros”. (MARAÑÓN, 1938, p.21-22)

como fonte invariável de conhecimentos”. Ao dizer isso, mesmo após ter terminado seu prefácio, o cientista espanhol reconhecia o valor do livro de L. Ribeiro como um importante referencial do tema no Brasil. No entanto, suas ideias felizmente já não gozam do status de cientificidade hoje e, igualmente, outras obras eugenistas e positivistas daquela época -, porque o paradigma científico (KUHN, 1998) sofreu mutações, e com isso, a concepção patológica da sexualidade perdeu os sentidos que lhe eram atribuídos; as revoluções, as lutas políticas, os conceitos, novos códigos e outras formas de resistência contra a violência de Estado e contra o racismo estrutural e científico ganharam outros contornos funcionando como instrumentos de desconstrução. Não se trata de uma *revolução da ciência* nem um *avanço político-cultural de um povo* que justifique a mudança de paradigma na história da sexualidade, mas uma mudança dos diferentes discursos que permitem uma nova história possível e outras formas de ser, outros sujeitos.

O valor do livro pode variar entre a estética das instituições e a ética de uma sociedade determinada historicamente pela moral cristã e pela retórica da ciência, ou pelas duas juntas, cuja memória positivista ainda volta em formulações novas, mas velhos enunciados, quando se lê, por exemplo, a seguinte síntese de notícia: “*Psicólogos evangélicos foram recebidos pela ministra [Damares] e buscam vencer eleição no conselho para autorizar terapia que pretende transformar LGBTQIA+ em ex-homossexuais*”¹⁶. É nesse sentido que o livro de Leonidio Ribeiro, na esteira do que “profetizou” G. Marañón, volta a ser citado, não mais como uma bibliografia fundamental nos cursos de medicina como ele assim desejava, mas como um documento que materializou a “verdade” da ciência da primeira metade do séc. XX. Em suas palavras, traduzidas apenas as do trecho colado na folha de guarda, Marañón disse:

16 Disponível em: <https://apublica.org/2019/08/apoiado-por-damares-movimento-de-ex-gays-disputa-conselho-de-psicologia/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

o livro de Ribeiro é um documento de interesse permanente; e a fácil profecia pode ser feita sem medo de errar que, daqui a muitos anos, quando quase toda a literatura médica contemporânea for esquecida, esta obra continuará a ser citada como uma fonte invariável de conhecimento. (MARañÓN, 1938, p.22; *tradução minha do original*)¹⁷.

Minhas perguntas sobre a colagem desta “profecia elogiosa”, em alguma medida, foram respondidas, certo do propósito publicitário do autor, mas me resta ainda em aberto aquela que Foucault (2010b, p.15) nos deixou em *O governo de si dos outros* (1983): “E o que faz que eu fale dessa atualidade?”

Homossexualismo e endocrinologia é um livro que materializou os saberes acerca dos usos dos prazeres, do regime dos *aprodísia*, da discriminação e do racismo científico no Brasil, das técnicas de subjetivação a partir das teses eugenistas do séc. XIX. Ainda hoje, de alguma forma, a herança dessas técnicas discursivas, suas violências e discriminações respingam sobre nós.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, G.; RIBEIRO, J. O discurso médico-científico em “Homossexualismo e endocrinologia” (1938): representações de “sujeito anormal” na obra de Leonídio Ribeiro. **Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC)**, v. 7, n.2, Itapetininga-SP, 2020, p.128-147. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/1732>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRAGA, A. **História da beleza negra no Brasil**: discurso, corpos e práticas. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

BRASILIA. **Manual de Rotina da Polícia Civil do Distrito Federal**. Brasília-DF: Instituto de Medicina Legal Leonídio Ribeiro (IMLLR), 2014.

17 “el libro de Ribeiro es un documento de interes permanente; y puede hacersele sintemor a error, la facil profecia de que dentro de muchos años cuando esté olvidada la casi totalidad de la literatura medica contemporânea, seguirá citandose a esta monografia como fuente invariable de conocimientos.” (RIBEIRO, 1938, p.22)

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (Org.). **História da virilidade I**: a invenção da virilidade, da antiguidade às Luzes). Petrópolis: Vozes, 2013.

CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. v. 3. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COURTINE, J.-J. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. do R. (Org.). **Análise do Discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 11-19.

COURTINE, J.-J. **Déchiffrer le corps**: penser avec Foucault. Paris: Éditions Jérôme Million, 2011a.

COURTINE, J.-J. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011b, p.145-162.

COURTINE, J.-J. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Trad.: Francisco Morás. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

COURTINE, J.-J.; MILANEZ, N. **Intericonicidade**: entre(vista) com Jean-Jacques Courtine. Registro audiovisual, 2005. Disponível em: <http://grudiocorpo.blogspot.com/2009/06/intericonicidade-entrevista-com-jean.html>. Acesso em: 06 jun. 2021.

COURTINE, J.-J.; HAROCHE, C. **Histoire du visage** : exprimer et taire ses émotions - du XVI siècle au début du XIX siècle. Paris: Payot-Rivages, 1988.

- COURTINE, J.-J.; HAROCHE, C. **História do rosto: exprimir e calar as emoções**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes. 2016.
- ERIBON, E. **Réflexions sur la question gay**. Paris: Flammarion, 2012.
- FERNANDES, C. A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 12a ed. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e José A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. 9a ed. Trad. Maria T. da C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19a ed. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e José A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 20 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Os anormais: curso do Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. Trad. de Márcio Alves da Fonseca e Salma Annus Muchail. 3a. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980)**. Trad. e transcrição de Nildo Avelino. São Paulo; Rio de Janeiro: Centro Cultural; Achiamé, 2010c.
- FOUCAULT, M. Aula de 21 de janeiro de 1981. In: FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)**. Direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Rosemary Costhek Abílio. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016a. p. 45-68.
- FOUCAULT, M. Aula de 28 de janeiro de 1981. In: FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)**. Direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Rosemary Costhek Abílio. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016b. p. 69-87.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade IV: as confissões da carne**. Trad. Heliana de Barros Conde Rodrigues e Vera Portocarrero. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos-SP: Claraluz, 2004.
- GROS, F. Advertência. In: FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016, p.9-13.
- GROS, F. Advertência. In: FOUCAULT, M. **História da sexualidade IV: As confissões da carne**. Trad. Heliana de Barros Conde Rodrigues e Vera Portocarrero. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2020, p.7-20.
- GUTMAN, G. Criminologia, Antropologia e Medicina Legal. Um personagem central: Leonídio Ribeiro. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 13, n.3, set., p.482-497, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142010000300008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 28 março 2021.
- KOGAWA, J. Qual via para a análise do discurso? Uma entrevista com Jean-Jacques Courtine. **Revista Alfa**, São Paulo, n. 59, n. 2, p. 407-417,

2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/CHjR6w63DkgTzWtjbQpK7TM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2021
- LOMBROSO, C. **O homem delinquente**. Trad. Sebastião José Roque. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Ícone, 2007.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5a ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1998.
- MILANEZ, N. Materialidades da paixão: sentidos para uma semiologia do corpo. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Org.) **Discurso, semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p.197-220.
- MARAÑÓN, G. Prefacio. In: RIBEIRO, L. **Homossexualismo e endocrinologia**. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1938, p.09-22.
- OTTAVIANI, E. Comment on the text pragmatism in the last Foucault by Rossella Fabbrichesi. In: **Cognitio**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-102, jan./jun. 2016.
- PRADO FILHO, K. Estetização da subjetividade: Formas contemporâneas de cuidado e produção de si mesmo. **Cadernos discursivos**. Catalão-GO: Edição Especial, v.2, n.1, p.92-103, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/web/up/595/o/Art_6_Esp_2018.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.
- RIBEIRO, L. **Homossexualismo e endocrinologia**. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1938.
- RIBEIRO, L. Ciência homossexualismo e endocrinologia. **Revista Latino-Americana de psicopatologia fundamental**. São Paulo, v. 13, n. 3, p.498-511, set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142010000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 março 2021.
- SANTOS, J. R. **Arqueologia da imagem no ensino de língua portuguesa no Brasil**. 2015. 260 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.
- SARGENTINI, V. M. O. Contribuições da semiologia histórica à Análise do discurso. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Org.) **Discurso, semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p.107-126.
- SOUSA, K.; PAIXÃO, H. **Dispositivos de Poder/Saber em M. Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.

Submissão: agosto de 2021

Aceite: outubro de 2021